

O jornalismo crítico-emancipatório como “arma de combate”: aportes marxistas para a superação do subjetivismo

Critical-emancipatory journalism as a “combat weapon”: marxist contributions to overcoming subjectivism

El periodismo crítico-emancipador como “arma de combate”: aportes marxistas a la superación del subjetivismo

Rafael Bellan Rodrigues de Souza

Professor adjunto do curso de Comunicação Social/Jornalismo, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades e docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Submetido em: 15 mai. 2023

Aprovado em: 09 ago. 2023



Creative Commons



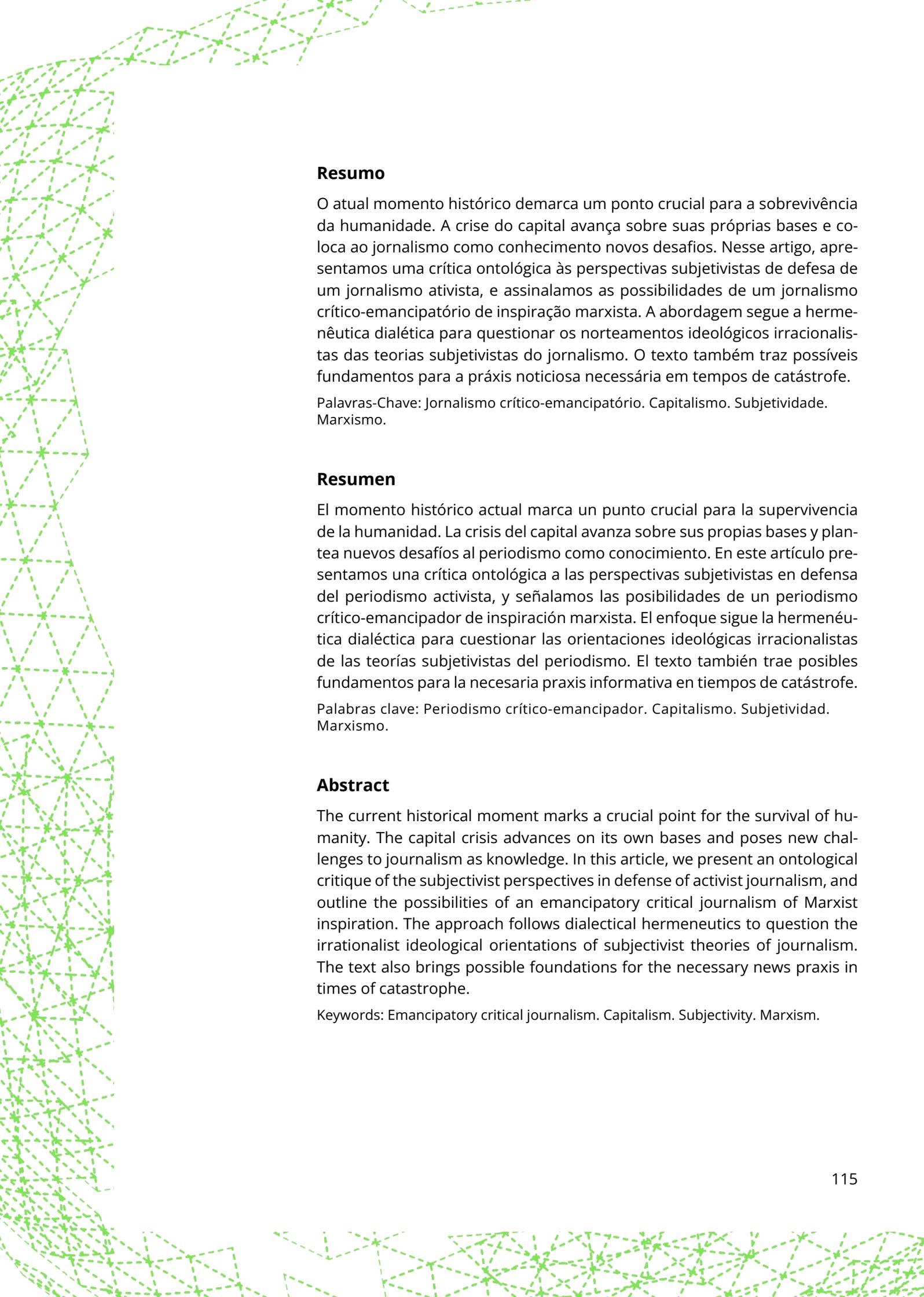
Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual



Resumo

O atual momento histórico demarca um ponto crucial para a sobrevivência da humanidade. A crise do capital avança sobre suas próprias bases e coloca ao jornalismo como conhecimento novos desafios. Nesse artigo, apresentamos uma crítica ontológica às perspectivas subjetivistas de defesa de um jornalismo ativista, e assinalamos as possibilidades de um jornalismo crítico-emancipatório de inspiração marxista. A abordagem segue a hermenêutica dialética para questionar os norteamientos ideológicos irracionais das teorias subjetivistas do jornalismo. O texto também traz possíveis fundamentos para a práxis noticiosa necessária em tempos de catástrofe.

Palavras-Chave: Jornalismo crítico-emancipatório. Capitalismo. Subjetividade. Marxismo.

Resumen

El momento histórico actual marca un punto crucial para la supervivencia de la humanidad. La crisis del capital avanza sobre sus propias bases y plantea nuevos desafíos al periodismo como conocimiento. En este artículo presentamos una crítica ontológica a las perspectivas subjetivistas en defensa del periodismo activista, y señalamos las posibilidades de un periodismo crítico-emancipador de inspiración marxista. El enfoque sigue la hermenéutica dialéctica para cuestionar las orientaciones ideológicas irracionales de las teorías subjetivistas del periodismo. El texto también trae posibles fundamentos para la necesaria praxis informativa en tiempos de catástrofe.

Palabras clave: Periodismo crítico-emancipador. Capitalismo. Subjetividad. Marxismo.

Abstract

The current historical moment marks a crucial point for the survival of humanity. The capital crisis advances on its own bases and poses new challenges to journalism as knowledge. In this article, we present an ontological critique of the subjectivist perspectives in defense of activist journalism, and outline the possibilities of an emancipatory critical journalism of Marxist inspiration. The approach follows dialectical hermeneutics to question the irrationalist ideological orientations of subjectivist theories of journalism. The text also brings possible foundations for the necessary news praxis in times of catastrophe.

Keywords: Emancipatory critical journalism. Capitalism. Subjectivity. Marxism.

1. Introdução

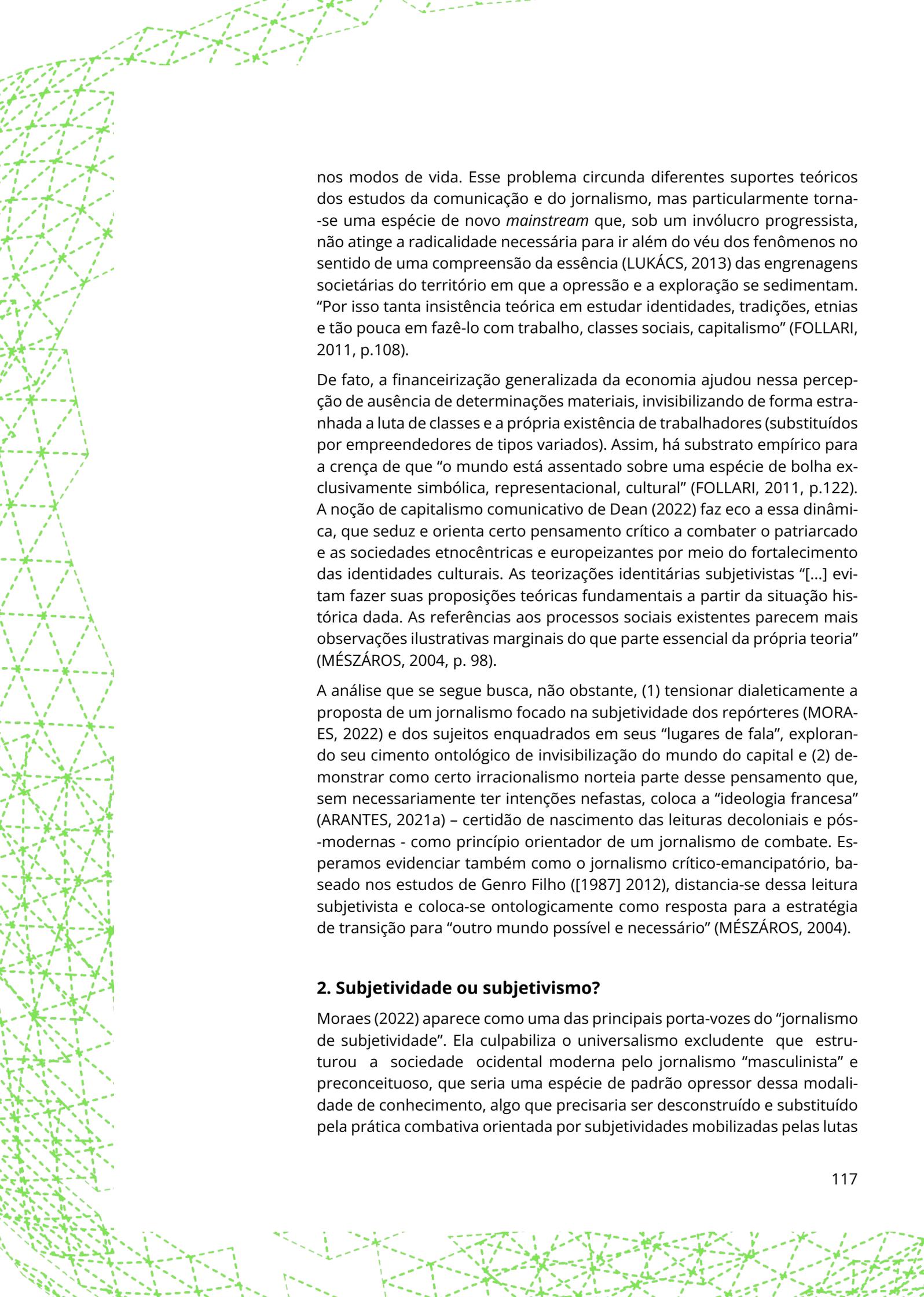
O artigo desenvolve uma crítica ontológica (DUAYER, 2014) às perspectivas subjetivistas de defesa do posicionamento ativista no jornalismo, no sentido de, longe de reafirmar o jornalismo hegemônico liberal, apresentar as possibilidades de um jornalismo crítico-emancipatório de inspiração marxista. Nesse sentido, a abordagem segue a hermenêutica dialética (TERTULIAN, 2008) e com ela buscaremos demonstrar os norteados ideológicos dessas perspectivas teóricas subjetivistas, que assentam uma prática jornalística demonstrada como posicionada e combativa, mas que, de um ponto de vista materialista, se mostra aquém do desafio de recompor o papel do jornalismo como conhecimento radicalmente transformador – único capaz de resistir à crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002).

Como aponta Genro Filho (2012), um enfoque marxista do jornalismo deve tecer “uma relação dialética entre o aspecto histórico transitório do fenômeno e sua dimensão histórico-ontológica. Quer dizer, entre o capitalismo (que gestou o jornalismo) e a totalidade humana em sua autoprodução” (p.23). Além disso, como observa Lukács (2012) o ponto de vista ontológico do ser social trata de “compreender o ser-propriadamente-assim de um complexo fenomênico em conexão com as legalidades gerais que o condicionam e das quais, ao mesmo tempo, ele parece se desviar” (p. 369).

Por mais que pareça incômodo, tal percurso reflexivo não se caracteriza por uma disputa de “campo” científico em busca de posição social e/ou de recursos de fomento, nem tampouco a críticas *ad hominem* a quem quer que seja. Pelo contrário, de forma fraternal visa recolocar a inadiável luta contra a barbárie contemporânea na pauta de debate da comunicação, das teorias do jornalismo e também dos que buscam saídas ao capitalismo pandêmico (ANTUNES, 2021), cuja metástase de catástrofes ambientais já se fazem presentes (FOSTER e SUWANDI, 2021) em um modelo apoiado em fluxos comunicativos (DEAN, 2021) extremamente fetichizados. Além disso, o texto faz honra a um importante legado dos estudos marxistas do jornalismo, visando manter viva as ideias mais rebeldes de Genro Filho (2012).

A crítica ontológica questiona os pressupostos estruturais de uma determinada tradição de pensamento, vai a fundo na avaliação das disputas entre formas de pensamento e teorias, expressando que tais diferenças “[...] dependem no fundo das distintas concepções sobre o ser em que posições controversas se baseiam” (DUAYER, 2014, p.248). A concretude das determinações dos fenômenos merece destaque, assim como a percepção de que muitas das teorias próximas à fenomenologia e aos inúmeros pós-modernismos fixam o mundo do capital como ontologicamente intransponível, contribuindo para a consolidação das coordenadas ideológicas hegemônicas.

Tal diagnóstico envolve a percepção de que setores do pensamento crítico encontraram sua bandeira no multiculturalismo, abandonando as relações econômicas que se articulam decisivamente nas contradições culturais e



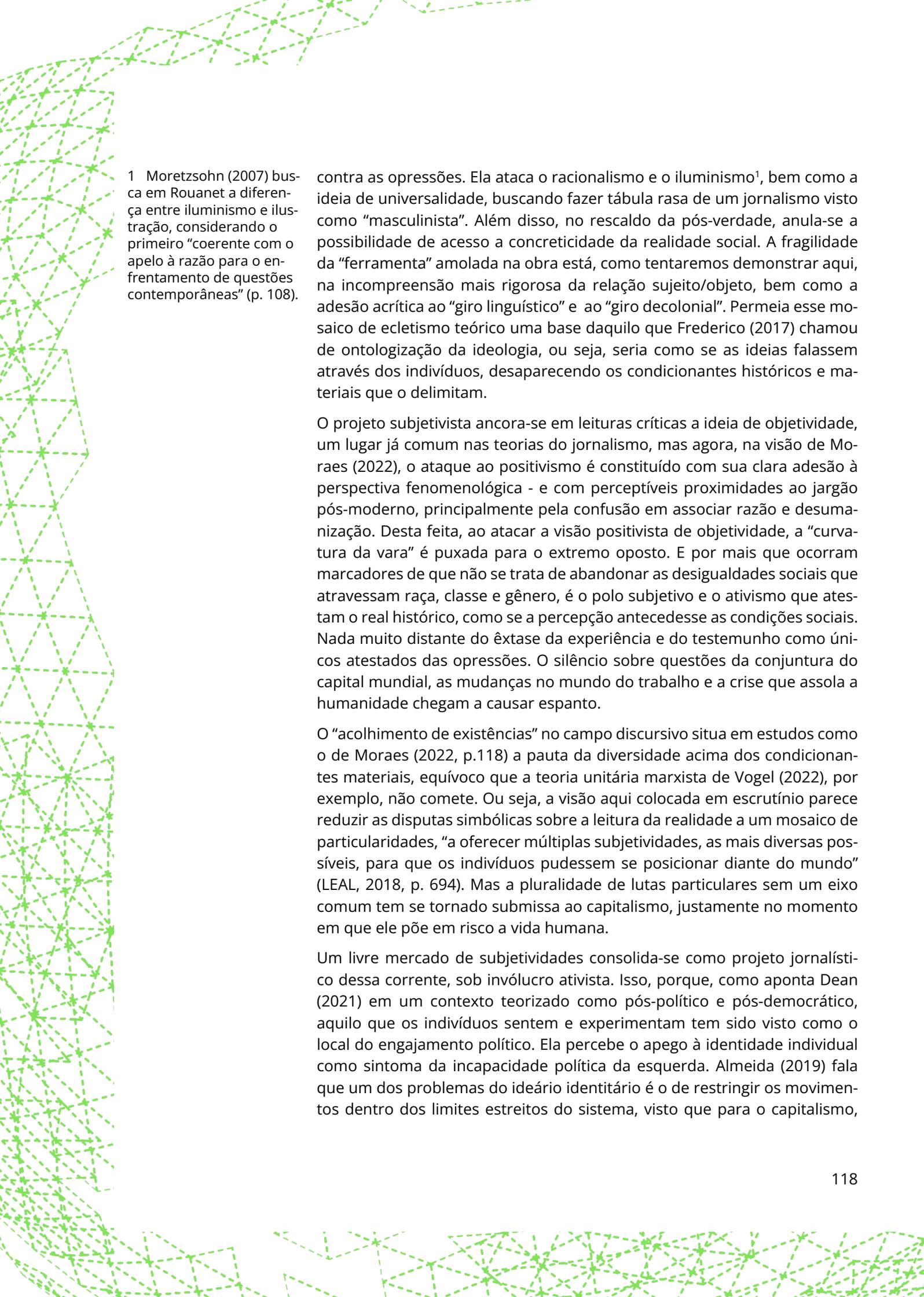
nos modos de vida. Esse problema circunda diferentes suportes teóricos dos estudos da comunicação e do jornalismo, mas particularmente torna-se uma espécie de novo *mainstream* que, sob um invólucro progressista, não atinge a radicalidade necessária para ir além do véu dos fenômenos no sentido de uma compreensão da essência (LUKÁCS, 2013) das engrenagens societárias do território em que a opressão e a exploração se sedimentam. “Por isso tanta insistência teórica em estudar identidades, tradições, etnias e tão pouca em fazê-lo com trabalho, classes sociais, capitalismo” (FOLLARI, 2011, p.108).

De fato, a financeirização generalizada da economia ajudou nessa percepção de ausência de determinações materiais, invisibilizando de forma estranhada a luta de classes e a própria existência de trabalhadores (substituídos por empreendedores de tipos variados). Assim, há substrato empírico para a crença de que “o mundo está assentado sobre uma espécie de bolha exclusivamente simbólica, representacional, cultural” (FOLLARI, 2011, p.122). A noção de capitalismo comunicativo de Dean (2022) faz eco a essa dinâmica, que seduz e orienta certo pensamento crítico a combater o patriarcado e as sociedades etnocêntricas e europeizantes por meio do fortalecimento das identidades culturais. As teorizações identitárias subjetivistas “[...] evitam fazer suas proposições teóricas fundamentais a partir da situação histórica dada. As referências aos processos sociais existentes parecem mais observações ilustrativas marginais do que parte essencial da própria teoria” (MÉSZÁROS, 2004, p. 98).

A análise que se segue busca, não obstante, (1) tensionar dialeticamente a proposta de um jornalismo focado na subjetividade dos repórteres (MORAES, 2022) e dos sujeitos enquadrados em seus “lugares de fala”, explorando seu cimento ontológico de invisibilização do mundo do capital e (2) demonstrar como certo irracionalismo norteia parte desse pensamento que, sem necessariamente ter intenções nefastas, coloca a “ideologia francesa” (ARANTES, 2021a) – certidão de nascimento das leituras decoloniais e pós-modernas - como princípio orientador de um jornalismo de combate. Esperamos evidenciar também como o jornalismo crítico-emancipatório, baseado nos estudos de Genro Filho ([1987] 2012), distancia-se dessa leitura subjetivista e coloca-se ontologicamente como resposta para a estratégia de transição para “outro mundo possível e necessário” (MÉSZÁROS, 2004).

2. Subjetividade ou subjetivismo?

Moraes (2022) aparece como uma das principais porta-vozes do “jornalismo de subjetividade”. Ela culpabiliza o universalismo excludente que estruturou a sociedade ocidental moderna pelo jornalismo “masculinista” e preconceituoso, que seria uma espécie de padrão opressor dessa modalidade de conhecimento, algo que precisaria ser desconstruído e substituído pela prática combativa orientada por subjetividades mobilizadas pelas lutas



1 Moretzsohn (2007) busca em Rouanet a diferença entre iluminismo e ilustração, considerando o primeiro “coerente com o apelo à razão para o enfrentamento de questões contemporâneas” (p. 108).

contra as opressões. Ela ataca o racionalismo e o iluminismo¹, bem como a ideia de universalidade, buscando fazer tábula rasa de um jornalismo visto como “masculinista”. Além disso, no rescaldo da pós-verdade, anula-se a possibilidade de acesso a concreticidade da realidade social. A fragilidade da “ferramenta” amolada na obra está, como tentaremos demonstrar aqui, na incompreensão mais rigorosa da relação sujeito/objeto, bem como a adesão acrítica ao “giro linguístico” e ao “giro decolonial”. Permeia esse mosaico de ecletismo teórico uma base daquilo que Frederico (2017) chamou de ontologização da ideologia, ou seja, seria como se as ideias falassem através dos indivíduos, desaparecendo os condicionantes históricos e materiais que o delimitam.

O projeto subjetivista ancora-se em leituras críticas a ideia de objetividade, um lugar já comum nas teorias do jornalismo, mas agora, na visão de Moraes (2022), o ataque ao positivismo é constituído com sua clara adesão à perspectiva fenomenológica - e com perceptíveis proximidades ao jargão pós-moderno, principalmente pela confusão em associar razão e desumanização. Desta feita, ao atacar a visão positivista de objetividade, a “curvatura da vara” é puxada para o extremo oposto. E por mais que ocorram marcadores de que não se trata de abandonar as desigualdades sociais que atravessam raça, classe e gênero, é o polo subjetivo e o ativismo que atestam o real histórico, como se a percepção antecedesse as condições sociais. Nada muito distante do êxtase da experiência e do testemunho como únicos atestados das opressões. O silêncio sobre questões da conjuntura do capital mundial, as mudanças no mundo do trabalho e a crise que assola a humanidade chegam a causar espanto.

O “acolhimento de existências” no campo discursivo situa em estudos como o de Moraes (2022, p.118) a pauta da diversidade acima dos condicionantes materiais, equívoco que a teoria unitária marxista de Vogel (2022), por exemplo, não comete. Ou seja, a visão aqui colocada em escrutínio parece reduzir as disputas simbólicas sobre a leitura da realidade a um mosaico de particularidades, “a oferecer múltiplas subjetividades, as mais diversas possíveis, para que os indivíduos pudessem se posicionar diante do mundo” (LEAL, 2018, p. 694). Mas a pluralidade de lutas particulares sem um eixo comum tem se tornado submissa ao capitalismo, justamente no momento em que ele põe em risco a vida humana.

Um livre mercado de subjetividades consolida-se como projeto jornalístico dessa corrente, sob invólucro ativista. Isso, porque, como aponta Dean (2021) em um contexto teorizado como pós-político e pós-democrático, aquilo que os indivíduos sentem e experimentam tem sido visto como o local do engajamento político. Ela percebe o apego à identidade individual como sintoma da incapacidade política da esquerda. Almeida (2019) fala que um dos problemas do ideário identitário é o de restringir os movimentos dentro dos limites estreitos do sistema, visto que para o capitalismo,



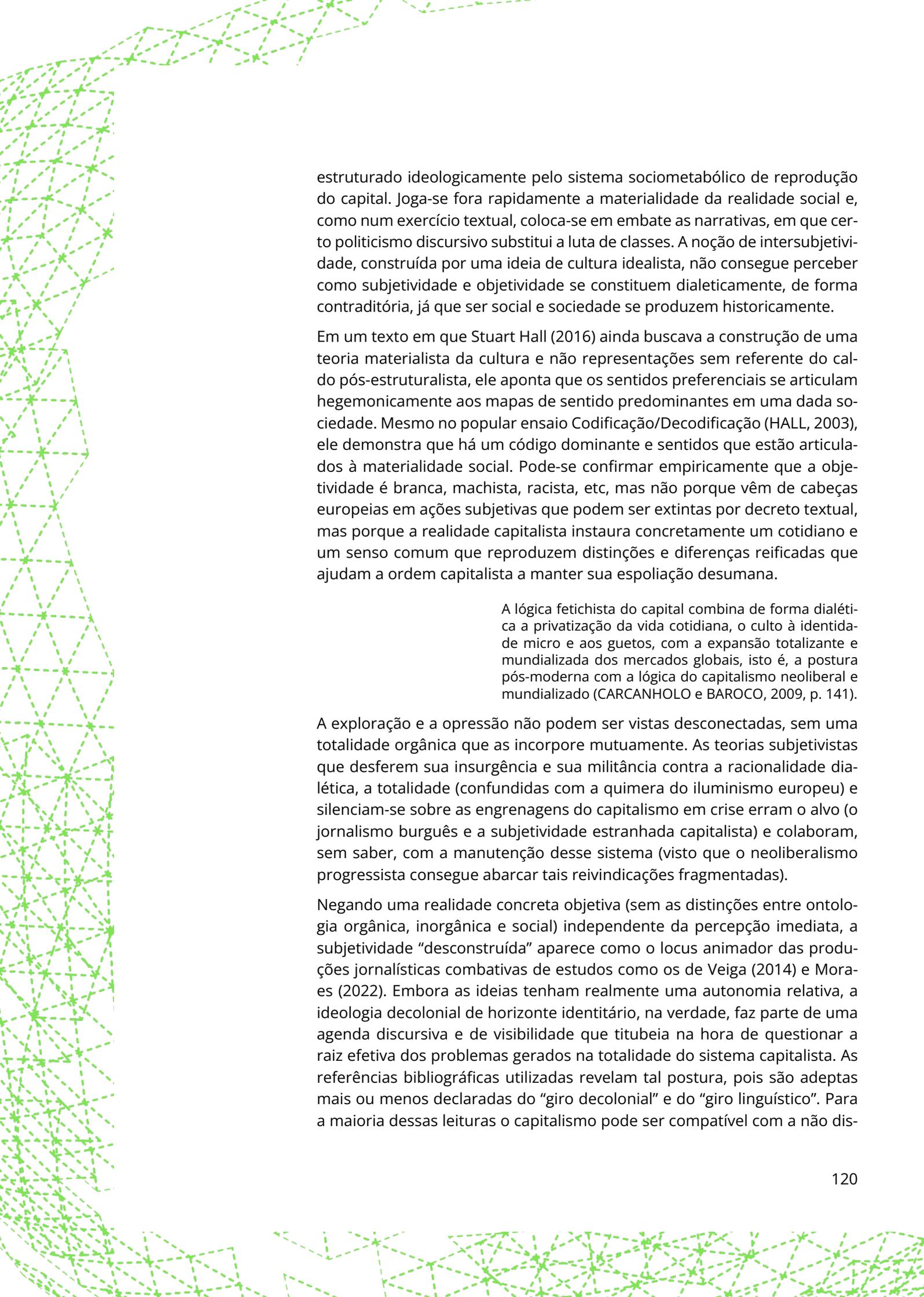
não necessariamente representatividade e direitos são uma ameaça. Ele lembra que o movimento por direitos civis do Partido Comunista dos EUA era um movimento anticapitalista, criticando a linha de reforço da subjetividade que não questiona nem as formas jurídicas nem a institucionalidade burguesa formada pelo capital.

Raslan Filho (2013) demarca com sobriedade como o campo da comunicação, sendo possível estender aqui o debate sobre o jornalismo, assume uma epistemologia pós-estruturalista embaraçosa. Isso porque há a negativa da cientificidade e o êxtase das representações, seguindo a matriz foucaultiana de impossibilidade de uma ciência humana. Parece-nos que as propostas que oferecem ênfase hierarquicamente superior à subjetividade como motor da produção noticiosa assumem “[...] a representação como autorreferente e então perde a dimensão de fabricação do real, de transformação do mundo, assumindo para si o caráter exclusivamente idealista do simbólico – e, mais, do próprio real” (RASLAN FILHO, 2013, p. 20). Uma das principais referências desse campo subjetivista identitarista, Veiga (2014), é adepta da perspectiva pós-estruturalista e crítica da racionalidade ocidental. A desmaterialização do real presente nessa corrente de pensamento, principalmente seu ataque ao saber e à razão (sempre identificadas com o moderno e com o colonialismo) conduz, no caldo eclético de citações bricoladas (de epistemologias claramente distintas) à incapacidade de percepção da dimensão histórico-social da produção humana (e das opressões por ela organizadas). Assim, como dizem Carcanholo e Baruco (2009) há uma prioridade das singularidades individuais que “[...] se adequa perfeitamente à defesa neoliberal da sociabilidade mercantil e a rejeição de qualquer valor pré-estabelecido, totalizante, no sentido de que molda e, portanto, restringe a totalidade dos comportamentos individuais, específicos” (p. 142).

Partindo de um olhar histórico, para além das singularidades de tais opressões, percebe-se na verdade uma complementaridade unitária entre racismo, patriarcado e capitalismo. Essa última quase não aparece nas reflexões decoloniais (outra vertente do mosaico subjetivista), e quando surge, jamais é tratada com o peso ontológico e histórico materialmente ancorado no poderio destrutivo do sistema do capital. Como bem expõe Leal (2018, p. 693):

A desvinculação definitiva entre comunicação e estruturas materiais (como parte constitutiva da elaboração de um projeto político) retira do horizonte militante a necessidade de proposição de uma alternativa sistêmica (que leve em consideração a unidade dialética entre estrutura e campo simbólico portanto) e reduz a prática política à disputa – dentro das estruturas estabelecidas, por mais que isso não seja declarado – de narrativas, discursos e/ou posturas existenciais no mundo contemporâneo (tradução da autora).

O conhecimento do jornalismo acaba recebendo um peso crítico que na verdade deveria ser desferido contra a própria cultura e o senso comum



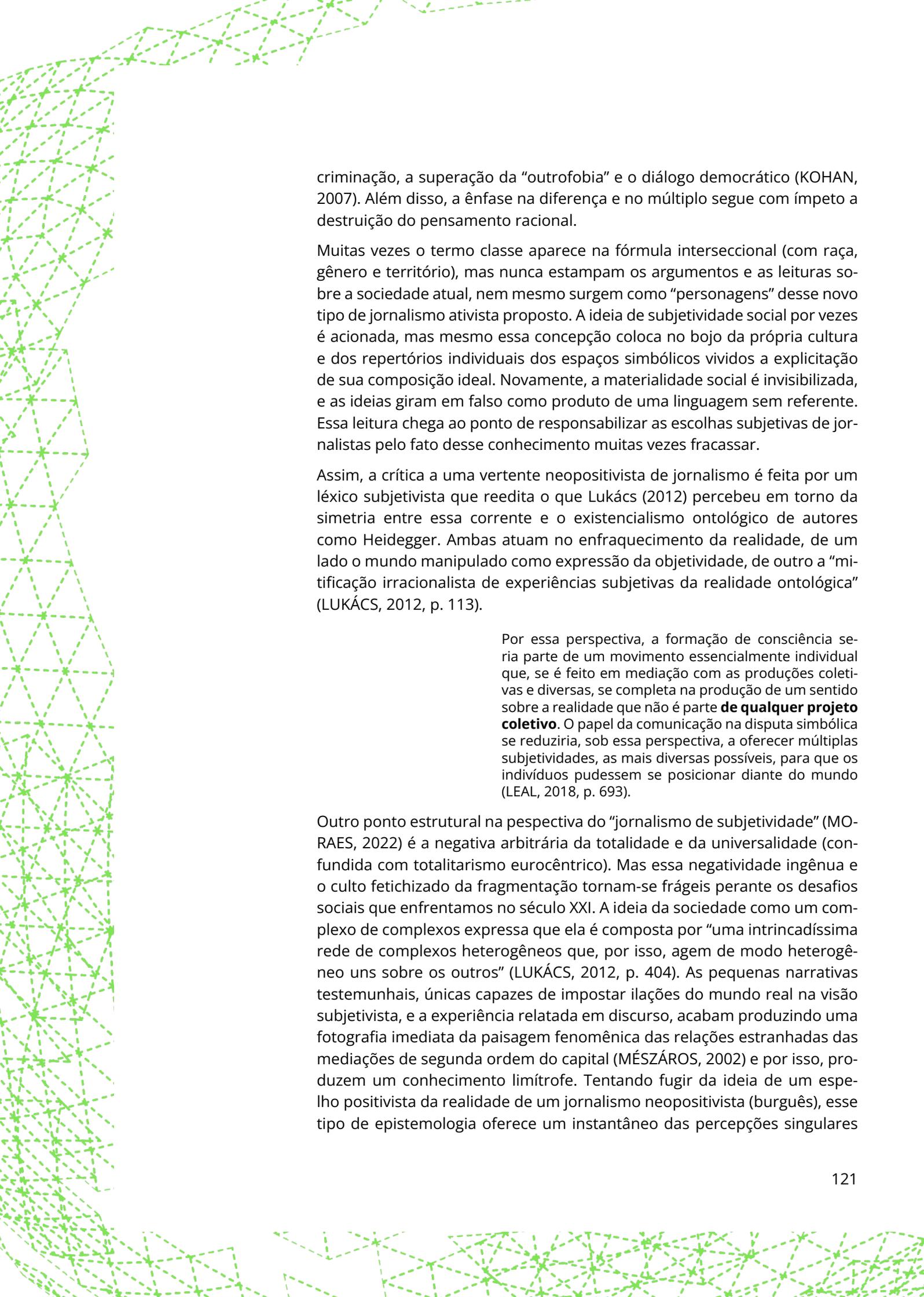
estruturado ideologicamente pelo sistema sociometabólico de reprodução do capital. Joga-se fora rapidamente a materialidade da realidade social e, como num exercício textual, coloca-se em embate as narrativas, em que certo politicismo discursivo substitui a luta de classes. A noção de intersubjetividade, construída por uma ideia de cultura idealista, não consegue perceber como subjetividade e objetividade se constituem dialeticamente, de forma contraditória, já que ser social e sociedade se produzem historicamente.

Em um texto em que Stuart Hall (2016) ainda buscava a construção de uma teoria materialista da cultura e não representações sem referente do caldo pós-estruturalista, ele aponta que os sentidos preferenciais se articulam hegemonicamente aos mapas de sentido predominantes em uma dada sociedade. Mesmo no popular ensaio *Codificação/Decodificação* (HALL, 2003), ele demonstra que há um código dominante e sentidos que estão articulados à materialidade social. Pode-se confirmar empiricamente que a objetividade é branca, machista, racista, etc, mas não porque vêm de cabeças europeias em ações subjetivas que podem ser extintas por decreto textual, mas porque a realidade capitalista instaura concretamente um cotidiano e um senso comum que reproduzem distinções e diferenças reificadas que ajudam a ordem capitalista a manter sua espoliação desumana.

A lógica fetichista do capital combina de forma dialética a privatização da vida cotidiana, o culto à identidade micro e aos guetos, com a expansão totalizante e mundializada dos mercados globais, isto é, a postura pós-moderna com a lógica do capitalismo neoliberal e mundializado (CARCANHOLO e BAROCO, 2009, p. 141).

A exploração e a opressão não podem ser vistas desconectadas, sem uma totalidade orgânica que as incorpore mutuamente. As teorias subjetivistas que desferem sua insurgência e sua militância contra a racionalidade dialética, a totalidade (confundidas com a quimera do iluminismo europeu) e silenciam-se sobre as engrenagens do capitalismo em crise erram o alvo (o jornalismo burguês e a subjetividade estranhada capitalista) e colaboram, sem saber, com a manutenção desse sistema (visto que o neoliberalismo progressista consegue abarcar tais reivindicações fragmentadas).

Negando uma realidade concreta objetiva (sem as distinções entre ontologia orgânica, inorgânica e social) independente da percepção imediata, a subjetividade “desconstruída” aparece como o locus animador das produções jornalísticas combativas de estudos como os de Veiga (2014) e Moraes (2022). Embora as ideias tenham realmente uma autonomia relativa, a ideologia decolonial de horizonte identitário, na verdade, faz parte de uma agenda discursiva e de visibilidade que titubeia na hora de questionar a raiz efetiva dos problemas gerados na totalidade do sistema capitalista. As referências bibliográficas utilizadas revelam tal postura, pois são adeptas mais ou menos declaradas do “giro decolonial” e do “giro linguístico”. Para a maioria dessas leituras o capitalismo pode ser compatível com a não dis-



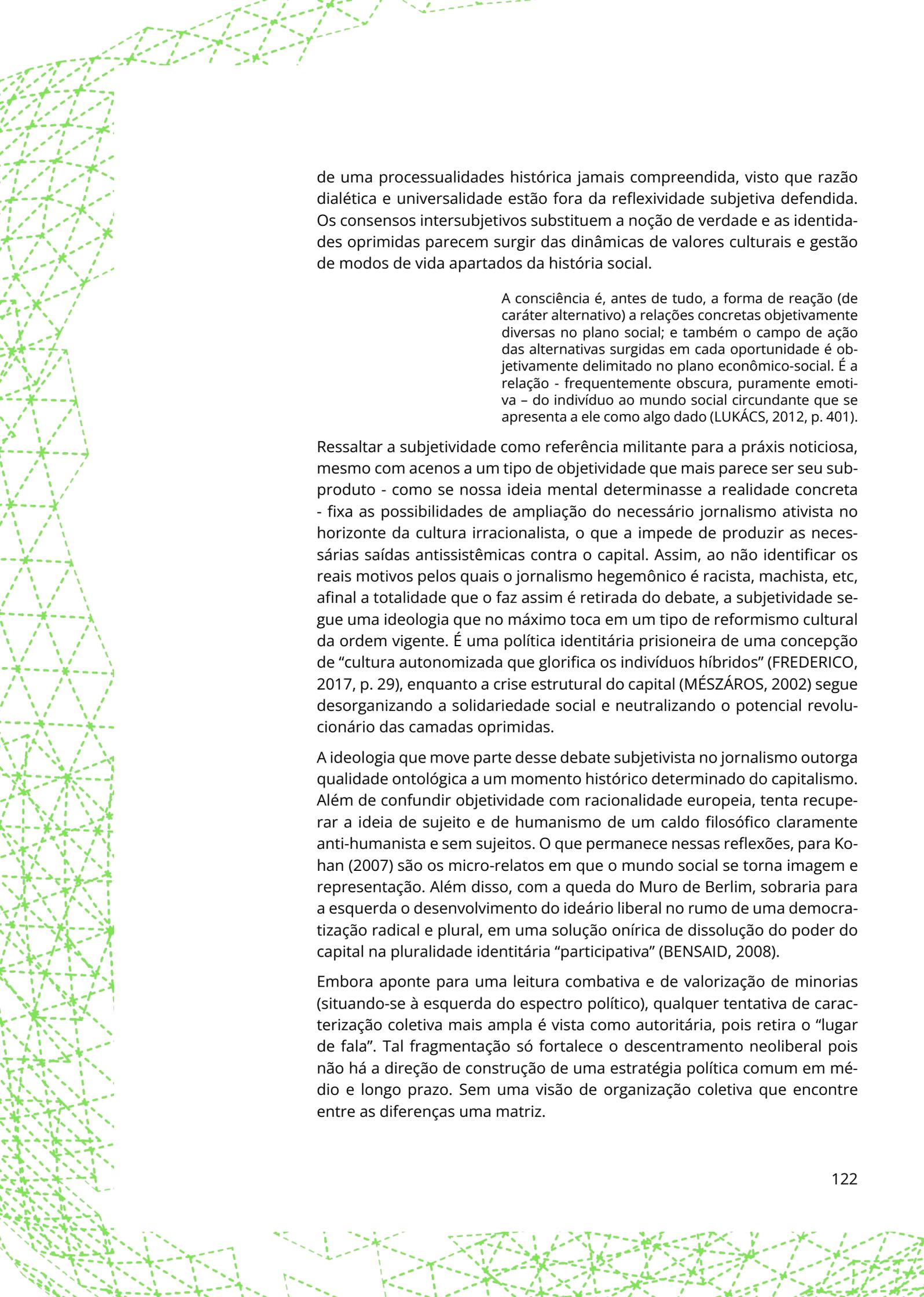
criminação, a superação da “outrofobia” e o diálogo democrático (KOHAN, 2007). Além disso, a ênfase na diferença e no múltiplo segue com ímpeto a destruição do pensamento racional.

Muitas vezes o termo classe aparece na fórmula interseccional (com raça, gênero e território), mas nunca estampam os argumentos e as leituras sobre a sociedade atual, nem mesmo surgem como “personagens” desse novo tipo de jornalismo ativista proposto. A ideia de subjetividade social por vezes é acionada, mas mesmo essa concepção coloca no bojo da própria cultura e dos repertórios individuais dos espaços simbólicos vividos a explicitação de sua composição ideal. Novamente, a materialidade social é invisibilizada, e as ideias giram em falso como produto de uma linguagem sem referente. Essa leitura chega ao ponto de responsabilizar as escolhas subjetivas de jornalistas pelo fato desse conhecimento muitas vezes fracassar.

Assim, a crítica a uma vertente neopositivista de jornalismo é feita por um léxico subjetivista que reedita o que Lukács (2012) percebeu em torno da simetria entre essa corrente e o existencialismo ontológico de autores como Heidegger. Ambas atuam no enfraquecimento da realidade, de um lado o mundo manipulado como expressão da objetividade, de outro a “mitificação irracionalista de experiências subjetivas da realidade ontológica” (LUKÁCS, 2012, p. 113).

Por essa perspectiva, a formação de consciência seria parte de um movimento essencialmente individual que, se é feito em mediação com as produções coletivas e diversas, se completa na produção de um sentido sobre a realidade que não é parte **de qualquer projeto coletivo**. O papel da comunicação na disputa simbólica se reduziria, sob essa perspectiva, a oferecer múltiplas subjetividades, as mais diversas possíveis, para que os indivíduos pudessem se posicionar diante do mundo (LEAL, 2018, p. 693).

Outro ponto estrutural na perspectiva do “jornalismo de subjetividade” (MORAES, 2022) é a negativa arbitrária da totalidade e da universalidade (confundida com totalitarismo eurocêntrico). Mas essa negatividade ingênua e o culto fetichizado da fragmentação tornam-se frágeis perante os desafios sociais que enfrentamos no século XXI. A ideia da sociedade como um complexo de complexos expressa que ela é composta por “uma intrincadíssima rede de complexos heterogêneos que, por isso, agem de modo heterogêneo uns sobre os outros” (LUKÁCS, 2012, p. 404). As pequenas narrativas testemunhais, únicas capazes de impostar ilações do mundo real na visão subjetivista, e a experiência relatada em discurso, acabam produzindo uma fotografia imediata da paisagem fenomênica das relações estranhadas das mediações de segunda ordem do capital (MÉSZÁROS, 2002) e por isso, produzem um conhecimento limítrofe. Tentando fugir da ideia de um espelho positivista da realidade de um jornalismo neopositivista (burguês), esse tipo de epistemologia oferece um instantâneo das percepções singulares



de uma processualidades histórica jamais compreendida, visto que razão dialética e universalidade estão fora da reflexividade subjetiva defendida. Os consensos intersubjetivos substituem a noção de verdade e as identidades oprimidas parecem surgir das dinâmicas de valores culturais e gestão de modos de vida apartados da história social.

A consciência é, antes de tudo, a forma de reação (de caráter alternativo) a relações concretas objetivamente diversas no plano social; e também o campo de ação das alternativas surgidas em cada oportunidade é objetivamente delimitado no plano econômico-social. É a relação - frequentemente obscura, puramente emotiva - do indivíduo ao mundo social circundante que se apresenta a ele como algo dado (LUKÁCS, 2012, p. 401).

Ressaltar a subjetividade como referência militante para a práxis noticiosa, mesmo com acenos a um tipo de objetividade que mais parece ser seu subproduto - como se nossa ideia mental determinasse a realidade concreta - fixa as possibilidades de ampliação do necessário jornalismo ativista no horizonte da cultura irracionalista, o que a impede de produzir as necessárias saídas antissistêmicas contra o capital. Assim, ao não identificar os reais motivos pelos quais o jornalismo hegemônico é racista, machista, etc, afinal a totalidade que o faz assim é retirada do debate, a subjetividade segue uma ideologia que no máximo toca em um tipo de reformismo cultural da ordem vigente. É uma política identitária prisioneira de uma concepção de "cultura autonomizada que glorifica os indivíduos híbridos" (FREDERICO, 2017, p. 29), enquanto a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002) segue desorganizando a solidariedade social e neutralizando o potencial revolucionário das camadas oprimidas.

A ideologia que move parte desse debate subjetivista no jornalismo outorga qualidade ontológica a um momento histórico determinado do capitalismo. Além de confundir objetividade com racionalidade europeia, tenta recuperar a ideia de sujeito e de humanismo de um caldo filosófico claramente anti-humanista e sem sujeitos. O que permanece nessas reflexões, para Kohan (2007) são os micro-relatos em que o mundo social se torna imagem e representação. Além disso, com a queda do Muro de Berlim, sobraria para a esquerda o desenvolvimento do ideário liberal no rumo de uma democratização radical e plural, em uma solução onírica de dissolução do poder do capital na pluralidade identitária "participativa" (BENSAID, 2008).

Embora aponte para uma leitura combativa e de valorização de minorias (situando-se à esquerda do espectro político), qualquer tentativa de caracterização coletiva mais ampla é vista como autoritária, pois retira o "lugar de fala". Tal fragmentação só fortalece o descentramento neoliberal pois não há a direção de construção de uma estratégia política comum em médio e longo prazo. Sem uma visão de organização coletiva que encontre entre as diferenças uma matriz.

3. Decolonialidade sem substância e outros equívocos

Os estudos subjetivistas do jornalismo, como tentamos demonstrar até aqui, são guiados por uma ideologia irracionalista e, mesmo que não enquadrados necessariamente em uma vertente única da epistemologia fenomenológica (IANNI, 1999), apontam leituras e práticas que fazem parte de uma agenda pós-moderna. Como o diagnóstico social concentra-se nos tipos diferentes de poder, opressão, identidade e discursos, perde-se o lastro unificador das opressões e aposta-se em resistências singulares e apartadas, pois a interseccionalidade muitas vezes aludida, sem uma ideia de totalidade e unidade dialética, exagera a autonomia relativa de cada complexo. Para essas vertentes, não “[...] apenas temos que rejeitar as antigas ‘grandes narrativas’, como os conceitos iluministas de progresso, mas devemos renunciar a qualquer ideia de processo e causalidade histórica inteligível e, com isso, evidentemente, a toda ideia de ‘fazer história’” (WOOD, 1996, p. 122).

Com alta dose de ecletismo, no caldo teórico dessas leituras, aparecem os estudos subaltermos e alguns autores do pensamento pós-colonial e decolonial (no central muito parecidas, mas difusas nas articulações mais superficiais). A teoria pós-colonial surge no fim do século XX em um período em que as lutas por libertação nacional já haviam encerrado sua trajetória, e assume um discurso pós-revolucionário. Conforme aponta Eagleton (2005) essas vertentes passaram rapidamente da atenção que tinham para as classes sociais diretamente para o colonialismo, como se eles não fossem em si questões que envolvem as classes. O marxismo foi colocado em escanteio, criticado por não ter nada a dizer sobre raça, território, colonialismo e etnicidade, quando na verdade ele foi a principal inspiração das lutas anticoloniais no século XX. Mais do que isso, “[...] os marxistas foram vanguardistas quanto às três maiores lutas políticas da Idade Moderna: a resistência ao colonialismo, a emancipação das mulheres e a luta contra o fascismo” (EAGLETON, 2012, p. 180). Autores e revolucionários como Mariátegui, Che Guevara e Franz Fanon realizaram lutas anticoloniais com inspiração em ideias socialistas e marxistas. A pálida versão culturalista do embate colonial, seduzida pela “desconstrução” na linguagem, distancia-se desses personagens e, mais do que isso, silencia dogmaticamente sobre os fundamentos concretos da ordem societária imperial.

Ao atirar o manto da cultura sobre as relações materiais, como se um tivesse pouco a ver com o outro, tal enfoque desvia a crítica do capitalismo para a crítica da ideologia eurocêntrica, o que ajuda o pós-colonialismo a encobrir sua própria limitação ideológica e, ironicamente, fornece um alibi para a desigualdade, a exploração e a opressão em suas aparências modernas sob relações capitalistas. O argumento pós-colonialista projeta sobre o passado a mesma mistificação da relação entre poder e cultura que é característica da ideologia do capitalismo global do qual é um produto (DIRLIK, 1997, p.23).

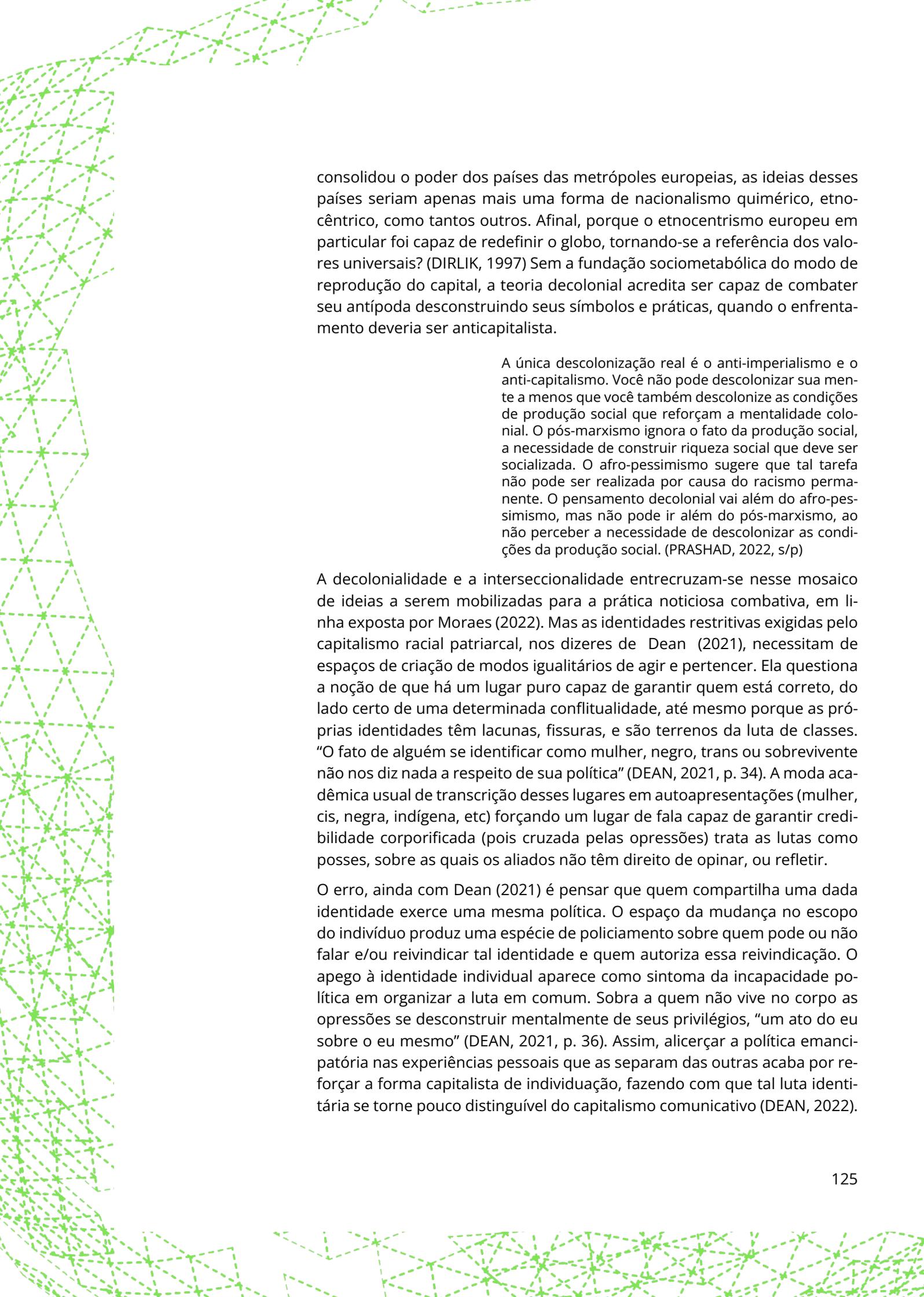


Contudo, não é de surpreender que tão contraditório arsenal discursivo tenha sua certidão de nascimento em ideias europeias que atravessaram o oceano e se alojaram nos EUA, encontrando entre intelectuais terceiro-mundistas, ali alojados, a sua alvorada. Subalternos e decoloniais devem muito à ideologia francesa (ARANTES, 2021b) em sua forma “desconstrucionista” e de êxtase das diferenças, dos discursos e textos. O desmoronamento do terceiro mundo, a desintegração da periferia provocou a diáspora de intelectuais para as universidades americanas. Lá, esses acadêmicos do sul global encontram no caldo da ideologia francesa aclimatizada nos EUA um ambiente para florescerem. Indianos e paquistaneses inventaram o pensamento pós-colonial nesse contexto geográfico, político e ideológico e, segundo Arantes (2021) isso tem mais a ver com intelectuais ocidentalizados disputando mercados identitários do que a busca por algum tipo de revolução. O pensamento decolonial arvora-se como rebelde, insurgente e alternativo, mas faz parte do *establishment* acadêmico desde sua remota origem, e no Brasil não é diferente. Essa teoria culturalista sai, à moda de Derrida, desconstruindo coisas, descolonizando objetos e discursos, enquanto desfrutam o status acadêmico internacional possibilitado pela periferização do mundo (ARANTES, 2021b). É um ideário tão crítico à ideia de “epistemicídio” que surpreende a virulência com a qual direciona ao marxismo infindáveis tentativas de silenciamento.

Essa poeira desconstrucionista perfaz hoje tanto a esquerda identitária quanto a nova direita proto-fascista. A interrupção do referente não se distancia da ideia de “pós-verdade”, como bem sugerem D’Ancona (2018) e Arantes (2021b). A diferença e a desconstrução são a contribuição da ideologia francesa revisitada no pensamento de aura pós-colonial e decolonial que permanecem nessas teorias subjetivistas do jornalismo. Mas, como aponta Bensaid (2008), a diferença representa a mediação entre o singular e o universal, já que “uma diversidade em migalhas renuncia a qualquer horizonte de universalidade” (p.45).

De fato, ao repudiar a estrutura e ao mesmo tempo afirmar o local em problemas de opressão e liberação, mistificaram os modos pelos quais estruturas totalizantes persistem no meio de desintegração e fluidez aparentes. Eles transformaram em problemas de subjetividade e epistemologia problemas concretos e materiais do mundo cotidiano. Enquanto o capital em seus movimentos continua a estruturar o mundo, recusar seu status fundacional torna impossível o mapeamento cognitivo que deve ser o ponto de partida para qualquer prática de resistência e deixa tal mapeamento como existe no domínio daqueles que administram a economia capitalista mundial (cf. Jameson, 1988). (DIRLIK, 1997, p.32)

Assim o dito eurocentrismo também é desenhado de forma culturalista. Sem o capitalismo, o imperialismo, o impulso acumulador do capital que

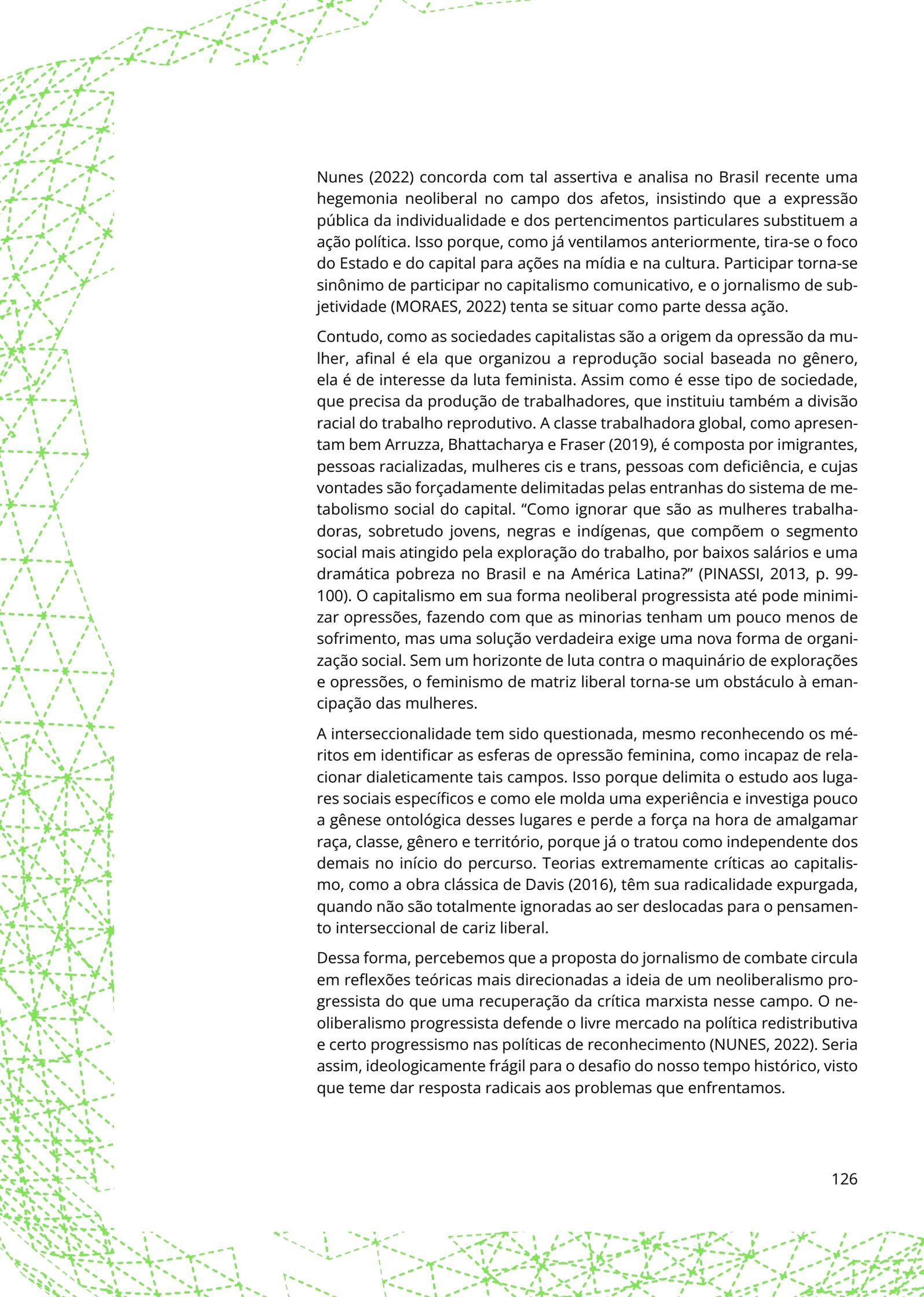


consolidou o poder dos países das metrópoles europeias, as ideias desses países seriam apenas mais uma forma de nacionalismo quimérico, etnocêntrico, como tantos outros. Afinal, porque o etnocentrismo europeu em particular foi capaz de redefinir o globo, tornando-se a referência dos valores universais? (DIRLIK, 1997) Sem a fundação sociometabólica do modo de reprodução do capital, a teoria decolonial acredita ser capaz de combater seu antípoda desconstruindo seus símbolos e práticas, quando o enfrentamento deveria ser anticapitalista.

A única descolonização real é o anti-imperialismo e o anti-capitalismo. Você não pode descolonizar sua mente a menos que você também descolonize as condições de produção social que reforçam a mentalidade colonial. O pós-marxismo ignora o fato da produção social, a necessidade de construir riqueza social que deve ser socializada. O afro-pessimismo sugere que tal tarefa não pode ser realizada por causa do racismo permanente. O pensamento decolonial vai além do afro-pessimismo, mas não pode ir além do pós-marxismo, ao não perceber a necessidade de descolonizar as condições da produção social. (PRASHAD, 2022, s/p)

A decolonialidade e a interseccionalidade entrecruzam-se nesse mosaico de ideias a serem mobilizadas para a prática noticiosa combativa, em linha exposta por Moraes (2022). Mas as identidades restritivas exigidas pelo capitalismo racial patriarcal, nos dizeres de Dean (2021), necessitam de espaços de criação de modos igualitários de agir e pertencer. Ela questiona a noção de que há um lugar puro capaz de garantir quem está correto, do lado certo de uma determinada conflitualidade, até mesmo porque as próprias identidades têm lacunas, fissuras, e são terrenos da luta de classes. “O fato de alguém se identificar como mulher, negro, trans ou sobrevivente não nos diz nada a respeito de sua política” (DEAN, 2021, p. 34). A moda acadêmica usual de transcrição desses lugares em autoapresentações (mulher, cis, negra, indígena, etc) forçando um lugar de fala capaz de garantir credibilidade corporificada (pois cruzada pelas opressões) trata as lutas como posses, sobre as quais os aliados não têm direito de opinar, ou refletir.

O erro, ainda com Dean (2021) é pensar que quem compartilha uma dada identidade exerce uma mesma política. O espaço da mudança no escopo do indivíduo produz uma espécie de policiamento sobre quem pode ou não falar e/ou reivindicar tal identidade e quem autoriza essa reivindicação. O apego à identidade individual aparece como sintoma da incapacidade política em organizar a luta em comum. Sobra a quem não vive no corpo as opressões se desconstruir mentalmente de seus privilégios, “um ato do eu sobre o eu mesmo” (DEAN, 2021, p. 36). Assim, alicerçar a política emancipatória nas experiências pessoais que as separam das outras acaba por reforçar a forma capitalista de individuação, fazendo com que tal luta identitária se torne pouco distinguível do capitalismo comunicativo (DEAN, 2022).



Nunes (2022) concorda com tal assertiva e analisa no Brasil recente uma hegemonia neoliberal no campo dos afetos, insistindo que a expressão pública da individualidade e dos pertencimentos particulares substituem a ação política. Isso porque, como já ventilamos anteriormente, tira-se o foco do Estado e do capital para ações na mídia e na cultura. Participar torna-se sinônimo de participar no capitalismo comunicativo, e o jornalismo de subjetividade (MORAES, 2022) tenta se situar como parte dessa ação.

Contudo, como as sociedades capitalistas são a origem da opressão da mulher, afinal é ela que organizou a reprodução social baseada no gênero, ela é de interesse da luta feminista. Assim como é esse tipo de sociedade, que precisa da produção de trabalhadores, que instituiu também a divisão racial do trabalho reprodutivo. A classe trabalhadora global, como apresentam bem Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), é composta por imigrantes, pessoas racializadas, mulheres cis e trans, pessoas com deficiência, e cujas vontades são forçadamente delimitadas pelas entranhas do sistema de metabolismo social do capital. “Como ignorar que são as mulheres trabalhadoras, sobretudo jovens, negras e indígenas, que compõem o segmento social mais atingido pela exploração do trabalho, por baixos salários e uma dramática pobreza no Brasil e na América Latina?” (PINASSI, 2013, p. 99-100). O capitalismo em sua forma neoliberal progressista até pode minimizar opressões, fazendo com que as minorias tenham um pouco menos de sofrimento, mas uma solução verdadeira exige uma nova forma de organização social. Sem um horizonte de luta contra o maquinário de explorações e opressões, o feminismo de matriz liberal torna-se um obstáculo à emancipação das mulheres.

A interseccionalidade tem sido questionada, mesmo reconhecendo os méritos em identificar as esferas de opressão feminina, como incapaz de relacionar dialeticamente tais campos. Isso porque delimita o estudo aos lugares sociais específicos e como ele molda uma experiência e investiga pouco a gênese ontológica desses lugares e perde a força na hora de amalgamar raça, classe, gênero e território, porque já o tratou como independente dos demais no início do percurso. Teorias extremamente críticas ao capitalismo, como a obra clássica de Davis (2016), têm sua radicalidade expurgada, quando não são totalmente ignoradas ao ser deslocadas para o pensamento interseccional de cariz liberal.

Dessa forma, percebemos que a proposta do jornalismo de combate circula em reflexões teóricas mais direcionadas a ideia de um neoliberalismo progressista do que uma recuperação da crítica marxista nesse campo. O neoliberalismo progressista defende o livre mercado na política redistributiva e certo progressismo nas políticas de reconhecimento (NUNES, 2022). Seria assim, ideologicamente frágil para o desafio do nosso tempo histórico, visto que teme dar resposta radicais aos problemas que enfrentamos.

4. Genro Filho, marxista: reflexões finais

Teórico referenciado e exaltado pelo campo de estudos de jornalismo, Genro Filho (2012) também é recuperado no léxico subjetivista do jornalismo ativista (MORAES, 2022). Só que ao retirar de sua articulação teórica o berço no materialismo histórico, e também na reflexão da ontologia lukácsiana (PONTES, 2015), mais do que um equívoco científico, tal postura nubla os leitores de primeira viagem. Isso porque a noção do jornalismo como modalidade social de conhecimento está enraizada na razão dialética e na perspectiva de totalidade. A pasteurização de seu potencial crítico e revolucionário é nítida, expressando o apagamento da direção do autor em criar não só uma leitura marxista do jornalismo, mas também o objetivo político de direcionar a práxis noticiosa na formação ampla de uma consciência sobre os rumos da luta de classes.

Por tudo que tratamos até aqui, o tipo de jornalismo de combate que a realidade histórica necessita precisa estar atento em expressar a conexão dialética entre fenômeno e essência, precisa estar voltado a descortinar a realidade reificada do capitalismo e garantir uma leitura do singular jamais desconectada da particularidade e da universalidade - que está enraizada na lógica societal do modo de produção capitalista. Leva em conta a subjetividade e as motivações ideológicas, mas as percebe como dialeticamente relacionadas à objetividade social, apostando que é possível um conhecimento cristalizado no singular que não se equipara a um panfleto político de agitação e propaganda. Humanista, o jornalismo crítico-emancipatório tem clareza de que a consciência social é produto do ser social, e que fazemos história, mas sob condições que não escolhemos (MARX, 2011).

Podemos exemplificar isso da seguinte forma: em cada homem singularmente considerado estão presentes aspectos universais do gênero humano que dão conta da sua identidade com todos os demais; na ideia universal de gênero humano, por outro lado, estão presentes - como se "dissolvidos" - todos os indivíduos singulares que o constituem; o particular, então, pode ser a família, um grupo, uma classe social ou a nação à qual o indivíduo pertença. O particular é mais amplo que o singular, mas não chega ao universal. (GENRO FILHO, 2012 [1987], p. 170- 171).

Genro Filho (2012) entende a produção e reprodução social como auto-produção humana e vislumbra a subjetividade como algo real e ativo "uma dimensão constituinte da sociedade" (p. 21). Para o autor, as determinações subjetivas têm solo nas dinâmicas de uma totalidade em vias de objetivação. O jornalismo enquanto conhecimento pode revelar as contradições da realidade social. "O material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social dessa objetividade, ou seja, na significação dessa objetividade pelos sujeitos" (GENRO FILHO, 2012, p. 195). É o movimen-



to da práxis que revela, como critério da verdade, as processualidades e as dinâmicas do real, afinal, o sujeito produz objetividades e é produzido dialeticamente por elas.

Os pressupostos ideológicos e ontológicos que vão orientar a construção e a apreensão do fato jornalístico podem estar alicerçados na perspectiva de uma cosmovisão oposta às ideologias burguesas e também as irracionaisistas e sim a favor de uma ideologia emancipatória. Realmente insurgente, essas ideias críticas que visam modificar o todo social orientam-se - enquanto horizonte político radical (mas necessário) - a dismantelar o capitalismo racial patriarcal. “É justamente esse caráter funcional e instrumental da ideologia como arma de combate para a solução de um conflito social que é defendido por Lukács em sua definição do conceito de ideologia” (TERTULIAN, 2008, p. 71). Ideologia emancipatória e não “ideologia francesa” como arma de combate de uma subjetividade ancorada na ideia de ser social (LUKÁCS, 2013). Acreditamos ser esse o caminho apontado por Genro Filho (2012).

Parafraseando Kohan (2009), o jornalismo crítico-emancipatório acredita ser impossível separar artificialmente o sistema patriarcal da dominação de classe, a opressão dos povos colonizados e as populações indígenas dos grandes projetos econômicos de expansão do capital internacional, o racismo do colonialismo imperial, a destruição do meio ambiente da incontabilidade do sistema de reprodução sócio metabólica do capital. Dean (2021) comenta que a visão de que a luta emancipatória radical comunista seria branca e europeia omite lutas históricas em países como Índia, China, Argélia, Cuba, Guiné-Bissau, Palestina, Angola, Vietnã, Coreia, Filipinas, Irã, Estados Unidos, Iêmen... O jornalismo crítico-emancipatório pode ser uma fagulha em princípios de subjetivação radicalmente transformadores, perseguindo um legado histórico das lutas de classes anticoloniais, antirracistas, contra o patriarcado e o capitalismo. Acreditamos que “la necesidad de la lucha política que se avecina en el continente y en el mundo contra el auge de las ultraderechas y el capitalismo demandará la superación de la ironía privada, las heteronomías y los lugares de enunciación y la reivindicación de la utopía anticapitalista” (URREGO, p. 172).

Em tempos de catástrofe geradas pelo capital em crise, a escolha pela mudança ainda possível e necessária é um imperativo de máxima importância e exige conhecermos os processos que estão em desenvolvimento na sociabilidade regida pelo capital, dominando seus processos históricos mais atuais e emergentes, ou melhor, saber exatamente o quadro compósito dado pelo sistema. Precisamos desse conhecimento para decidirmos o que fazer. O jornalismo de inspiração marxista parece atender essa necessidade revolucionária, quando direcionado a cartografar o mundo presente no sentido da emancipação humana.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio. Prefácio. In: HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Venetta, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo, Boitempo, 2022
- ARANTES, Paulo Eduardo. **A formação da desconstrução: museu da ideologia francesa**. São Paulo: Editora 34, 2021a.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **A desconstrução que estamos vivendo**. Canal do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UECE (YouTube), 13/5/2021b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B5xBEXdBK6Y&t=4998s>. Acesso em janeiro de 2023.
- ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BENSAID, Daniel. **Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- CARCANHOLO, Marcelo; BARUCO, Grasiela. Pós-modernismo e neoliberalismo: duas facetas ideológico-políticas de uma pretensa nova era. **Revista Lutas Sociais**, PUC, n. 21 e 22, 2009.
- D'ANCONA, Mathew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEAN, Jodi. **Camarada: um ensaio sobre pertencimento político**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- DEAN, Jodi. **Multidões e partido**. São Paulo: Editora Boitempo, 2022.
- DIRLIK, Arif. A Aura pós-colonial na era do capitalismo global. **Novos Estudos**. CEBRAP nº 49, novembro de 1997.
- DUAYER, Mario. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. In: VAISMAN, Ester; VEDDA, Miguel. **Lukács: estética e ontologia**. São Paulo: Alameda, 2014.
- EAGLETON, Terry. **Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- EAGLETON, Terry. **Marx estava certo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- FOLLARI, Roberto. O lugar do cultural no social. **Margem Esquerda**, n. 17. São Paulo: Boitempo, 2011.
- FOSTER, John Bellamy e SUWANDI, Intan. COVID-19 e o capitalismo de catástrofe: cadeias mercantis e as crises ecológica-epidemiológica-econômica. **Revista Marx e o Marxismo NIEP**, v. 9, n. 27, 2021.
- FREDERICO, Celso. Gramsci, Hall: o universalismo e o culto das diferenças. **Margem Esquerda**, n. 29. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Florianópolis, Insular: 2016.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

IANNI, Octavio. A sociedade mundial e o retorno da grande teoria. In: LOPES, Maria Immacolata(Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

KOHAN, Néstor. A herança do fetichismo e o desafio da hegemonia em uma época de rebeldia. **Revista Novos Rumos**, n. 48, ano 22, 2007.

LEAL, Leila. Ideology, Alienation and Reification: concepts for a Radical Theory of Communication in Contemporary Capitalism. **Triple C**, v.16, n. 2, 2018.

LUKÁCS, György. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

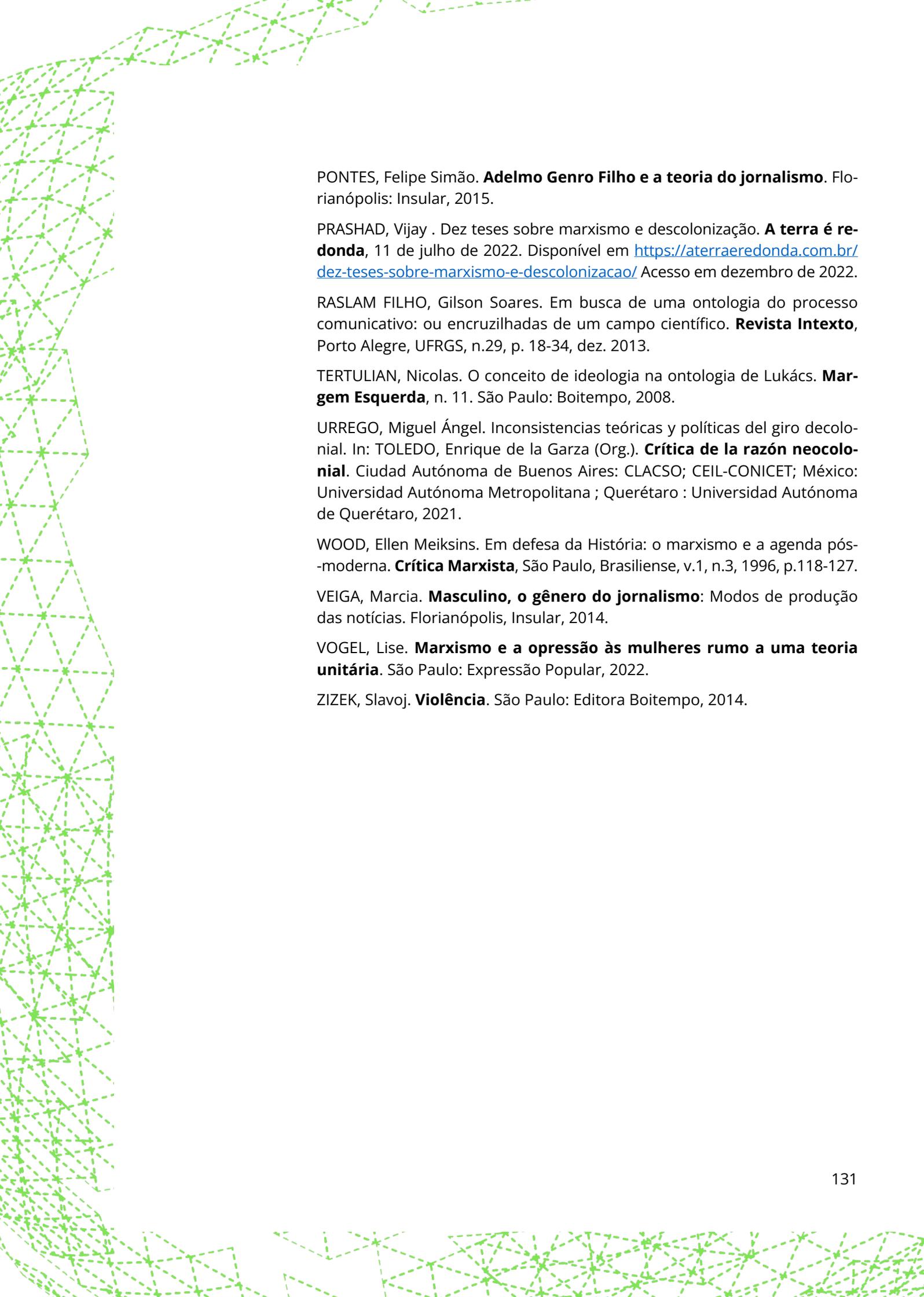
MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NETTO, José Paulo. Posfácio. In: COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 233-286.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu, 2018.

PINASSI, Maria Orlanda. Nas sombras do obscurantismo: mulheres, política e religião. **Margem Esquerda**, n. 20. São Paulo: Boitempo, 2013.



PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

PRASHAD, Vijay . Dez teses sobre marxismo e descolonização. **A terra é redonda**, 11 de julho de 2022. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/dez-teses-sobre-marxismo-e-descolonizacao/> Acesso em dezembro de 2022.

RASLAM FILHO, Gilson Soares. Em busca de uma ontologia do processo comunicativo: ou encruzilhadas de um campo científico. **Revista Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n.29, p. 18-34, dez. 2013.

TERTULIAN, Nicolas. O conceito de ideologia na ontologia de Lukács. **Margem Esquerda**, n. 11. São Paulo: Boitempo, 2008.

URREGO, Miguel Ángel. Inconsistencias teóricas y políticas del giro decolonial. In: TOLEDO, Enrique de la Garza (Org.). **Crítica de la razón neocolonial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; CEIL-CONICET; México: Universidad Autónoma Metropolitana ; Querétaro : Universidad Autónoma de Querétaro, 2021.

WOOD, Ellen Meiksins. Em defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna. **Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.118-127.

VEIGA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: Modos de produção das notícias. Florianópolis, Insular, 2014.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres rumo a uma teoria unitária**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.